

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de junho de 2019 às 07h41
Seleção de Notícias

Jornal da USP | SP

Marco regulatório | Anvisa

Anvisa aprova proposta do uso da maconha para fins medicinais	3
---	---

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

É a arbitragem método adequado de solução de conflitos no agronegócio?	4
--	---

Anvisa aprova proposta do uso da maconha para fins medicinais

O cultivo da planta no Brasil ainda continua irregular

Por - Editorias: Atualidades, Colunistas, João Paulo Becker Lotufo, Rádio USP - URL Curta: jornal.usp.br/?p=253452

[//jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/06/DOU-TO-R-BARTO-18-JUNHO_LOTUFO_SANDRA.mp3](http://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/06/DOU-TO-R-BARTO-18-JUNHO_LOTUFO_SANDRA.mp3)

download do áudio

A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) aprovou recentemente duas propostas preliminares que podem liberar o cultivo da Cannabis sativa no País para fins medicinais e científicos, além da produção de medicamentos nacionais com base em derivados da substância. As propostas serão publicadas no Diário Oficial da União e submetidas a uma consulta pública. O médico João Paulo Lotufo diz que não existe o termo "maconha medicinal", o que é válido é o canabidiol medicinal, que é uma substância extraída da maconha. Diferente do que ocorre em outros países onde o produto pode ser cultivado, como Uruguai e Holanda, aqui no Brasil o cultivo poderá ser usado para o desenvolvimento de remédios,

à base de óleo, em algumas doenças. O RSHO é o primeiro produto à base de cannabis que já é importado legalmente no País. O assunto é o tema da coluna desta semana do Dr. Bartô e os Doutores da Saúde.

Dr. Bartô e os Doutores da Saúde

A coluna Dr. Bartô e os Doutores da Saúde, com o professor João Paulo Lotufo, vai ao ar toda terça-feira às 10h00, na Rádio USP (São Paulo 93,7 FM; Ribeirão Preto 107,9 FM) e também no Youtube, com produção do Jornal da USP e TV USP.

.

Política de uso

A reprodução de matérias e fotografias é livre mediante a citação do Jornal da USP e do autor. No caso dos arquivos de áudio, deverão constar dos créditos a Rádio USP e, em sendo explicitados, os autores. Para uso de arquivos de vídeo, esses créditos deverão mencionar a TV USP e, caso estejam explicitados, os autores. Fotos devem ser creditadas como USP Imagens e o nome do fotógrafo.

É a arbitragem método adequado de solução de conflitos no agronegócio?



A flexibilidade e duração dos procedimentos são comumente apontadas como vantagens da arbitragem como método de solução de disputas. Entretanto, como também é sabido, nem toda disputa tem na arbitragem sua melhor arena. Dito isto, e notando o pouco uso da arbitragem nos conflitos relacionados ao agronegócio, é que se põe a pergunta título deste artigo.

É importante ressaltar que o agronegócio envolve muito mais que aquilo que é feito nas fazendas, espaço conhecido como "dentro da porteira". A cadeia toda do agronegócio (termo cunhado em 1957 por Goldberg e Davis) inclui agroquímicos, reprodução, colheita, distribuição, maquinário, processamento, abastecimento, marketing e vendas no varejo, sem mencionar o comércio internacional de commodities.

Analisando a diversidade das relações jurídicas e comerciais que podem surgir dessa complexa cadeia, fica claro que muitas delas enquadram-se na necessária arbitrabilidade. Além disso, especialmente nos dias de hoje, conhecimento muito específico é necessário para resolverem-se os problemas vindos desta área.

Por exemplo, contratos agroindustriais e de integração têm particularidades que não são encontradas em outros tipos de contratos. Basta lembrar que a UNIDROIT já elaborou um do-

cumento voltado especificamente para este tema. Mesmo diversas operações financeiras foram criadas para adequarem-se a esse mercado, no qual não raramente a "moeda" é a própria produção do campo. Tudo isto revela a ampla possibilidade para a utilização da arbitragem, bem como de outras ADRs como métodos a serem adotados no agronegócio.

Ainda, a produção agrícola é sazonal, significando que a duração e o custo dos procedimentos devem ser muito bem administrados, o que é tarefa difícil para os tribunais estatais. Logo, poder-se-ia dizer que não só a arbitragem é adequada ao agronegócio, como também que o agronegócio precisa da arbitragem, a fim de alcançar melhores resultados em termos de resolução de disputas.

***Letícia** de Souza Baddauy é árbitra parceira da **CAMES**.

Letícia de Souza Baddauy

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3

Arbitragem e Mediação
4